

O Absoluto e o Relativo no Campo das Ciências

LUIZ HILDEBRANDO DE B. HORTA BARBOSA

O ABSOLUTO E O RELATIVO

DENTRE as concepções básicas da Filosofia Positiva que maior relêvo alcançaram a partir do século dezanove, encontra-se o princípio segundo o qual a única verdade absoluta consiste em que tudo é relativo.

Conquanto êsse aforismo se tenha difundido muito, a ponto de haver penetrado na linguagem popular, a verdade é que a sua compreensão é ainda confusa, contraditória e, freqüentemente, muito diversa da que lhe atribuiu o fundador do Positivismo. Não só as várias correntes filosóficas conferem às palavras *relativo* e *absoluto* com que são qualificados os seres, fenômenos e conhecimentos, um valor desigual, como até os que se decoram com o título de positivistas ou de relativistas, raramente sabem fixar com clareza o sentido a dar a êsses conceitos fundamentais.

Semelhante fluidez ou diversidade de aceção é responsável por numerosas divergências aparentemente profundas, mas, na verdade, resultantes apenas de não empregarem uns e outros uma linguagem comum e uniforme.

Vulgarmente o adjetivo *absoluto* é usado como equivalente de *exato*, *rigoroso*, *isento de dúvida*, ao passo que o termo relativo é quase sempre considerado sinônimo de *precário*, *dúbio*, *transitório*, *aproximando*, *pouco mais ou menos* ou ainda como correspondente à idéia de que não há regras sem exceções.

Em face do próprio significado etimológico dessas duas palavras não se justifica, principalmente em filosofia, a confusão reinante. *Absoluto*, com efeito, corresponde, literalmente, a sôlto de (ab+solutum), *desligado*, *independente*, *incondicionado*, *irrestrito*, *irrelacionado*, com significado exatamente oposto ao de *relativo*, que exprime a existência de relações de dependência ou de subordinação dos seres ou fenômenos uns aos outros.

Ao afirmar-se que tudo é relativo, enuncia-se precisamente a verdade mais geral a que pôde chegar a Humanidade em seu esforço milenar para bem refletir, mediante construções cerebrais, as realidades que a dominam e ao mundo em que vive. Não se trata de uma afirmação apriorística ou intuitiva, mas resultante de imensa e multiforme indução efetuada pelo conjunto das gerações que nos antecederam, continuamente confirmada por incessantes experiências e observações. O relativo não é uma simples limitação do absoluto, mas a sua eliminação radical do

campo das realidades. O absoluto é uma qualidade que acarreta a inexistência concreta, ao mesmo tempo que impossibilita qualquer imagem cerebral, porquanto esvazia de conteúdo real a tudo que assim seja classificado.

O relativismo decorre simultâneamente de fatores objetivos ao mundo concreto, atributo êsse totalmente independente do sujeito que o estuda e, depois, porque êsse mundo material, ao ser refletido no entendimento humano e ao ser por êle manipulado, dá lugar a concepções inevitavelmente condicionadas ao sujeito. O absoluto, segundo o positivismo, não existe, portanto, nem no objeto nem no sujeito visto caracterizar de um modo inteiramente geral, tanto o mundo em si incluindo-se nêle o próprio homem, como os nossos conhecimentos a seu respeito.

*
* *

O aspecto subjetivo que apresenta a totalidade de nossos conhecimentos positivos e que lhes dá a qualidade de relativos, é uma consequência inevitável do modo pelo qual o entendimento humano funciona ao elaborar êsses conhecimentos.

A epistemologia positiva, constituída pela teoria das funções cerebrais e pelo conjunto das 15 leis universais que integram a Filosofia Primeira mostra, com efeito, que a *relatividade subjetiva* dos conhecimentos positivos emana de causas *biológicas e sociológicas*.

As concepções quaisquer estão sempre efetivamente condicionadas tanto à organização intellecto-sensorial do homem como à sua posição histórica no conjunto do desenvolvimento da Humanidade.

“A totalidade dos estudos inorgânicos, explica A. COMTE, nos demonstra claramente que tôdas as nações sôbre o mundo exterior, em que o homem não intervém senão como espectador de fenômenos independentes dêle, são essencialmente relativos... A sã filosofia biológica nos fez sentir, ficando no ponto de vista elementar do homem individual, que as próprias operações de nossa inteligência, em sua qualidade de fenômeno vital, estão inevitavelmente subordinadas, como todos os outros fenômenos humanos, a essa relação fundamental entre o organismo e o meio... Dêste modo, todos os nossos conhecimentos são necessariamente relativos, por um lado, ao meio na medida em que êle é capaz de agir sôbre nós e, por outro, ao *organismo* na medida em que êle

é capaz de sentir essa ação: de sorte que a inércia de um ou a insensibilidade do outro suprimem esse comércio contínuo de que depende toda noção efetiva... Todas as nossas especulações, assim como todos os outros fenômenos da vida, são, pois, afetados profundamente pela constituição do mundo exterior que regula o modo de ação e pela constituição do sujeito que determina o resultado pessoal, sem que possamos jamais estabelecer, em cada caso, uma exata apreciação da influência própria a cada um desses dois elementos inseparáveis de nossas impressões e de nossos pensamentos". — Fil. Pos. VI, pág. 671.

A consideração biológica não bastava, porém: "Era indispensável elevar-se, por fim, até à sã apreciação dinâmica da inteligência coletiva da Humanidade, convenientemente considerada no conjunto de seu contínuo desenvolvimento de que depende a inteira eliminação do absoluto. Só então é que a indicação biológica fica completa e fecunda, fazendo sentir que, no grande dualismo elementar entre a inteligência e o meio, a primeira está também necessariamente subordinada a fases sucessivas". — Fil. Pos. VI, pág. 672.

*
* *

A base anátomo-fisiológica do relativismo de todos os nossos conhecimentos, encontra-se no limitado número de sentidos de que somos dotados e na reduzida acuidade deles, assim como na própria potencialidade, evidentemente muito restrita, de nosso intelecto em seu incessante esforço para transformar os dados sensoriais em imagens, conceitos e esquemas representativos das realidades exteriores.

"As nossas concepções quaisquer, escreve o fundador do Positivismo, resultam necessariamente de um comércio contínuo entre o mundo que lhes fornece a matéria e o homem que lhes determina a forma. Elas são profundamente relativas ao mesmo tempo ao sujeito e ao objeto cujas variações respectivas necessariamente as modificam. Nosso principal mérito teórico consiste em aperfeiçoar essa subordinação natural do homem ao mundo para que o cérebro se torne o *fiel espelho da ordem, exterior*, cujos resultados futuros podem, desde logo, ser previstos mediante as nossas operações interiores. Esta representação, porém, não comporta nem exige uma exatidão absoluta. Seu grau de aproximação é regulado pelas exigências práticas que medem a precisão conveniente às previsões teóricas". — Cat. Pos. Página 176.

A perfeição das construções cerebrais, portanto, está sempre condicionada, de um lado, aos materiais objetivos que as realidades exteriores nos podem proporcionar e, por outro, aos nossos recursos sensoriais e meditativos. A perda de um sentido importante bastará para nos ocultar, salvo a descoberta de processos indiretos capazes de o suprir, uma categoria inteira de fenômenos naturais, ao passo que a obtenção de um novo sentido, ou de meios de pesquisa que façam as suas vezes, como ocorreu com o emprêgo da bússola e do

ímã no estudo dos campos magnéticos, nos desvendará toda uma classe de fenômenos dos quais não fazemos, atualmente, a menor idéia. A menos que se queira crer que a diversidade dos sentidos, tão variável em número e em intensidade na escala zoológica, se ache elevada, no homem, ao mais alto grau que possa exigir a total exploração do mundo exterior, suposição evidentemente gratuita e mesmo ridícula, é forçoso reconhecer que as nossas concepções não podem refletir as realidades objetivas em toda sua inteireza, ou melhor, que é impossível conseguir a coincidência da *realidade subjetiva*, vale dizer, da imagem cerebral, com a *realidade objetiva* da qual a primeira é, em cada época, uma aproximação tanto mais perfeita quanto maiores e melhores forem os meios de pesquisas e os nossos esforços intelectuais.

"Assim, diz A. COMTE, o mundo real é menos conhecido, salvo sob aspectos secundários, pelos outros animais, mesmo os mais elevados, do que pela nossa espécie, como ele poderia ser melhor conhecido ainda por seres mais perfeitos que imagináramos adequados a efetuar observações mais completas ou mais exatas e raciocínios mais gerais e mais profundos; em todos os casos, porém, o assunto dos estudos e o fundo das concepções permaneceriam necessariamente idênticos, quaisquer que pudessem ser as diversidades dessa capacidade, sempre análoga à que percebemos entre os diferentes homens, apenas mais pronunciada". — Fil. Pos. VI, pág. 675.

O quanto os nossos conhecimentos quaisquer do mundo objetivo estão condicionados à nossa constituição biológica, pode ser aquilatado na astronomia, por exemplo. Essa ciência não poderia existir tal qual a possuímos, caso a nossa espécie fôsse cega ou caso todos os corpos celestes fôsem obscuros ou ainda caso a nossa atmosfera fôsse contínua e completamente opaca a todas as irradiações direta ou indiretamente perceptíveis. A existência das realidades exteriores, com efeito, só pode ser averiguada através de uma ou de algumas das atividades da matéria, capazes de excitar de qualquer forma um ou mais de nossos sentidos. A existência ou inexistência de semelhante correspondência entre os sentidos e as ações materiais, bem como as variações dessa correlação para melhor ou para pior, alterariam necessariamente os nossos conhecimentos a respeito.

Na verdade, o sujeito e o objeto agem e reagem entre si, modificando-se um ao outro, mas, em qualquer caso, a dependência do cérebro em relação ao mundo exterior é semelhante à do conjunto de nossos órgãos nutritivos, porque, certamente, o mundo material alimenta, estimula e regula tanto os aparelhos da vida vegetativa como os da vida de relação.

O entendimento humano é alimentado pelo mundo através dos sentidos, como já o havia assinalado ARISTÓTELES, cuja concepção conduziu à lei da Filosofia Primeira segundo a qual todas as nossas construções subjetivas estão necessariamente subordinadas aos materiais objetivos. Em qualquer caso, porém, as imagens elaboradas pelo sujeito para refletir da melhor forma possível o

objeto, devem ser continuamente menos vivas e menos nítidas do que as impressões exteriores, porque, de outra forma, haveria a preponderância do subjetivismo ao qual, nos casos extremos, correspondem as alucinações e a loucura em que as atitudes assumidas ficam em desacôrdo com as realidades exteriores.

Funcionando o entendimento normalmente, formará êle, em cada caso, a hipótese representativa mais simples que possa comportar o conjunto dos dados já obtidos. Os conhecimentos adquirem, dêste modo, o aspecto de esquemas aproximativos das realidades exteriores. À experiência caberá corrigi-los e aperfeiçoá-los. A ciência resulta, de fato, de um contínuo esforço da inteligência para superar as suas próprias imperfeições e as dos sentidos que a ligam ao mundo real, proporcionando-lhe a matéria-prima de suas elaborações.

A ciência positiva, porém, admitindo a base física ou material de tôdas as concepções reais, não concorda com aquela passividade do entendimento em face das sensações que a fórmula clássica de Aristóteles, revigorada por Locke, enuncia. Não é bem verdadeira a afirmação do grande Estagirita que "Nada existe na inteligência que já não existisse primeiro nos sentidos", porquanto é preciso ressaltar a espontaneidade do próprio entendimento, como assinalou LEIBNITZ. Adotando a corrigenda do fundador do cálculo infinitesimal, posteriormente completada com a distinção introduzida por Kant entre o objetivo e o subjetivo não se pode ignorar a semelhança existente entre o aparelho cerebral que recebe, filtrando, as sensações que mais o interessam, e que depois as analisa, combina e amalgama sob a forma de novas construções e o aparelho vegetativo que digere os alimentos, dando-lhes composição diversa, a qual, se de fato está subordinada à natureza química do alimento, também muito depende da organização e atividades fisiológicas características do aludido aparelho. O cérebro, análogamente, é formado pelo conjunto de órgãos que elaboram os materiais provenientes do mundo exterior. Conquanto adequados às respectivas funções, tanto seria tolice supô-los absolutamente perfeitos e capazes de realizar suas funções de modo integral, como também seria insensato imaginá-los inertes, como se fôsem espelhos, refletindo indiferentemente tudo quanto se lhes deparasse.

A combinação das imagens e dos sinais que as representam, se faz sempre, além do mais, sob o impulso dos sentimentos e dos interesses diretos ou indiretos que nos movem e nos incitam.

O mundo e o homem, concebido êste como inteligência e atividade a serviço de seus instintos, se fundem intimamente na constituição dos conhecimentos, impossibilitando a existência de qualquer concepção de que não participem simultaneamente e em graus variáveis, um e outro, isto é, que não tenham uma estrutura mista, objetiva e subjetiva.

O modo segundo o qual o nosso cérebro trabalha, transformando as sensações em percep-

ções, conceitos, conhecimentos e leis, não é arbitrário. E' também, por sua vez, regido por leis naturais. Não se pode inferir daí, porém, que se deva ao nosso pensamento a ordem e a lei que regem o mundo. Semelhante concepção é totalmente repudiada pelo positivismo que a considera fruto do idealismo místico ou metafísico. A ordem material ou concreta do mundo exterior existe independentemente de nosso cérebro cuja função consiste, exatamente, em descobri-la reproduzindo-a sob a forma de imagens tão exatas quanto possível.

*
* *

A dependência em que se encontram tôdas as construções cerebrais relativamente à capacidade sensorial e meditativa e ao modo pelo qual os órgãos correspondentes funcionam, proporciona, como acabamos de ver, a primeira fonte subjetiva do inelutável relativismo de todos os conhecimentos positivos.

A segunda causa dêsse relativismo, ainda de origem subjetiva, vale dizer, decorrente da própria natureza humana, encontra-se em sua inteira subordinação ao meio social em que surge.

O homem isolado da Humanidade, é pura abstração. Torna-se claro, pois, que as variações contínuas das opiniões humanas, segundo os tempos e segundo os lugares, isto é, o aspecto dinâmico de nossas concepções, a progressiva harmonização delas com as observações e experiências, depende muito mais da continuidade histórica do que da solidariedade existente entre os indivíduos de cada geração.

"Separadamente considerada, a evolução individual do espírito humano não pode verdadeiramente desvendar nenhuma lei essencial; ela não poderá mesmo fornecer indicações preciosas ou verificações importantes senão quando sua exploração racional é dirigida e interpretada pelas inspirações emanadas da evolução total da Humanidade, única ao mesmo tempo assaz real e completa para manifestar de modo suficiente a verdadeira marcha de nossa inteligência". — LEVY-BRUHL, "La Philosophie d'Auguste Comte".

Tanto na espécie, assimilada por Pascal a um homem que subsiste sempre e aprende continuamente, como em cada indivíduo, o progresso das concepções no sentido de uma positividade cada vez maior, obedece, com efeito, à célebre "Lei dos Três Estados" que enuncia o fato de que cada entendimento oferece a sucessão das três fases, fictícia, abstrata e positiva, em relação às nossas concepções quaisquer que, no entanto, se sucedem com uma velocidade proporcional à generalidade dos fenômenos correspondentes.

"A todos os respeitos, lembra A. COMTE, cada um de nós depende sem cessar da Humanidade, sobretudo quanto às nossas funções mais nobres, sempre subordinadas aos tempos e aos lugares

A descoberta das principais leis concretas poderia, sem dúvida, esclarecer A. COMTE, contribuir muito à melhoria de nosso destino; é sobretudo nesse campo que nosso futuro científico comporta uma ampla colheita". — Pol. Pos. I, pág. 41. Precisando melhor sua idéia, acrescentaria o Filósofo: ousa hoje garantir que as ciências verdadeiramente concretas permanecerão sempre interditas à nossa fraca inteligência e inúteis à nossa prudente atividade... A constituição racional de uma só ciência concreta, como a meteorologia ou a geologia, excederia os nossos verdadeiros meios indutivos e dedutivos, quer pela dificuldade de conhecer assaz tôdas as teorias que deveriam concorrer para tal quer pelo embaraço de as combinar". — Pol. Pos. I, pág. 431.

Ao afirmar A. COMTE que tudo é relativo, não tinha em mente negar a existência real e incontestável dos seres, independentemente de nossos sentidos e do nosso entendimento. Também não lhe ocorreu negar a efetividade dos acontecimentos quaisquer à medida que se vão sucedendo no tempo e no espaço.

A existência da terra ou do lápis de que me utilizo neste instante, por exemplo, não é contestável. Tão pouco é passível de restrições a efetividade inalterável de fatos ou fenômenos quaisquer depois de ocorridos, como, por exemplo, o fato de haver explodido no Japão a bomba atômica ou de já se haver, neste instante em que escrevo, deitado o sol no horizonte do Rio de Janeiro, etc.

Há, pois, evidente confusão, aliás muito generalizada, ao se acreditar que o princípio filosófico segundo o qual tudo é relativo, equivale à negação da existência real dos objetos que temos ante nós, ou da ocorrência efetiva dos acontecimentos que presenciados. O relativismo exprime o fato de que as existências ou acontecimentos estavam, no momento em que existiam ou em que ocorriam, condicionados ou subordinados a numerosos outros seres ou acontecimentos. E' essa *cadeia de condições de que dependem ou dependeram* as existências dos objetos ou dos acontecimentos em causa, que constitui o relativismo.

A existência da Terra tal como a conhecemos está, sem dúvida, condicionada à sua velocidade de circulação e à sua distância do Sol, à intensidade da temperatura dêste último, à permanência da Lua, etc. Idênticamente a existência do lápis de que me utilizo resultou de um conjunto praticamente infinito de circunstâncias anteriores à sua fabricação e à sua chegada às minhas mãos e, para que subsista, são necessárias várias condições físicas e químicas ambientes. Bastaria, por exemplo, que a temperatura que o envolve subisse a quinhentos graus centígrados, ou que fôsse êle lançado dentro de uma vasilha com ácido sulfúrico, para que deixasse de existir da forma em que o vemos.

Se o fato, já passado, do pôr do Sol no local em que me encontro independe, de agora em diante, do que quer que seja, é incontestável que êsse fato, ao se produzir, estava subordinado à existência do próprio Sol e da Terra, da forma esférica e da rotação desta e de inumeráveis ou-

tras circunstâncias que, se tivessem variado de modo diverso, teriam impedido ou alterado o modo pelo qual o fato ocorreu.

A alegação de que "dois mais dois são quatro" corresponde a uma verdade absoluta, isto é, sem qualquer relação de dependência, resulta da evidente omissão das circunstâncias subentendidas ou implicitamente admitidas no próprio enunciado. Dois mais dois, com efeito, serão quatro se considerarmos êsses números abstratamente, isto é, desde que se afaste a consideração da natureza das unidades em causa, ou desde que se suponha a homogeneidade e a identidade das parcelas somadas. Somar dois cavalos com dois alfinêtes é tão impossível quanto é errado dizer que dois metros mais dois centímetros perfazem quatro. Replicam muitos que, atendidas essas condições de que depende a veracidade do célebre teorema de Don Juan êle passa a ser, daí por diante, absolutamente exato. Teríamos, então um *absoluto condicionado*, isto é, um absoluto relativo e, ao mesmo tempo, um contra-senso ou, pelo menos, uma grave imperfeição terminológica da filosofia. No entanto, é nesse sentido restrito que, com freqüência, aplicam semelhante qualificativo.

Há também contra a relatividade dos conhecimentos humanos, sempre adstritos à formulação de hipóteses mais ou menos perfeitas, o tabu das verdades absolutas e inalteráveis, contidas nas ciências puras, entre as quais a matemática é apontada como modelo. Esquecidos de que as ciências são abstratas, isto é, de que se referem não às próprias realidades concretas, mas sim a realidades artificialmente simplificadas ou estilizadas, pretendem muitos dar às leis um valor objetivo absoluto, quando, na verdade, somente são rigorosamente exatas em relação aos tipos abstratos instituídos pelo trabalho cerebral na base dos dados materiais colhidos pelos sentidos. Depois da obra filosófica de A. COMTE, ficou-se sabendo que o nosso entendimento talvez permanecesse indefinidamente perplexo e confuso, caso pudesse perceber, desde logo, em todos os seus detalhes, a imensa complexidade das realidades concretas. As leis são, por isso mesmo, hipóteses que evoluem e se aperfeiçoam de conformidade com os dados que forem sendo gradativamente adquiridos. De qualquer modo, as leis científicas são verificáveis com toda a exatidão e generalidade nos tipos abstratos. Aplicadas aos casos concretos darão unicamente indicações aproximativas, embora de valor indiscutível, porque, como ensina o Filósofo, "a inteira generalidade é incompatível com uma perfeita realidade".

E' assim que a ponderação, sempre muito repetida, de que a lei de Tales relativa à soma dos ângulos internos de um triângulo, enuncia uma verdade absoluta, isto é, irrestrita, não subsistirá se lembrarmos que essa lei geométrica é rigorosamente exata apenas quando aplicada aos triângulos *abstratos* que, sabidamente, correspondem a um *tipo* criado pelo cérebro humano e somente nêle existente com as características ideais de sua definição. Num triângulo real, material, existente fora de nosso intelecto, a soma dos ângulos será

exatamente igual a dois retos, se fôr possível satisfazer, de modo completo, a tôdas as condições que caracterizam a geometria euclídeana. A realidade da lei de Tales, além de depender destas condições preliminarmente introduzidas nos fundamentos abstratos da geometria, exigiria, também, para a sua objetivação, tal precisão nas mensurações que nos levaria além dos limites da macrofísica e nos faria esbarrar com as relações de indeterminação assinaladas por Heisenberg. Satisfeitas, porém, tôdas as condições que caracterizam um triângulo plano abstrato, isot é, idealmente perfeito, a relação de Tales nêle será incontestavelmente verificada sem nenhuma restrição.

*
* * *

E' muito antigo o uso do adjetivo *absoluto* aplicado aos atributos de Deus com o sentido de *sem limites em poder e em perfeição*, e é curioso observar que a sua conservação está sempre ligada, ou conduz infalivelmente, a êsse conceito teológico ou a qualquer de seus equivalentes metafísicos, porque, como observa J.S. Mill, absoluto nada mais é do que um pseudônimo de Deus.

Como tema favorito da metafísica, o incondicionado aparece na filosofia sob as formas mais diversas, como o ser de Permênides, a idéia do *bem absoluto* de PLATÃO, a *substância* de SPINOZA, a *coisa em si* de KANT, o *espírito absoluto* de HEGEL, a *vontade* de SCHOPENHAUER, o *incognoscível* de SPENCER etc..

De tôdas as concepções filosóficas em que o absoluto mantém o seu império, a de Kant é a mais célebre e a que maior influência exerceu e ainda exerce, sobre os espíritos. A teoria do conhecimento do profundo pensador de Königsberg, admite conhecimentos *a priori*, completamente independentes e anteriores a tôda experiência e os conhecimentos *a posteriori* ou empíricos, que só têm início com a própria experiência.

As idéias de espaço e de tempo, consideradas por Kant como condições subjetivas de tôda sensação, não têm, para êle, sentido nem significação fora do homem, como intuições *a priori* que são. Do mesmo modo independem do mundo exterior os *juízos analíticos* e os *sintéticos a priori* dos quais dava como bons exemplos as verdades necessárias ou absolutas da matemática.

Onde, porém, o absoluto surge com maior clareza é na distinção introduzida por Kant entre o *fenômeno*, ou aparência perceptível das coisas e o *noumeno* ou a verdadeira *coisa em si*, inacessível aos nossos sentidos, conquanto concebível a intuição da *razão pura*, decorrente da natureza e estrutura inerentes ao espírito. O objeto seria, para nós, o conjunto dos fenômenos perceptíveis, mas não a *coisa em si* que não pode de modo algum ser conhecida através dos sentidos: "Desconhecemos, diz Kant, completamente o que podem ser os objetos em si mesmos e fora da receptividade dos sentidos. Nada sabemos, a não ser

nosso modo de percebê-los; êsse modo nos é peculiar e dêle não participam necessariamente todos os outros seres, exceto, sem dúvida, os seres humanos".

Os conhecimentos *a priori* são absolutos, necessários e eternos como também o seriam os conhecimentos das coisas em si, caso êles nos fossem possíveis. Êste último absoluto é, portanto, para Kant, incognoscível.

O noumeno ou o extra-sensível kantiano, é um eco da tradição platônica e teológica que opunha o mundo sensível ao mundo espiritual e atribuía às percepções sensoriais um valor ilusório senão falso.

O *incognoscível* como realidade absoluta, oposta à realidade relativa, única cognoscível, constitui também um dos aspectos essenciais da filosofia de H. SPENCER que, ainda metafísico, admite uma verdade absoluta subsistente no fundo último da realidade universal, como manifestação de um ser inconcebível, mas possível." Pensar sendo relacionar, diz Spencer, nenhum pensamento exprime senão relações... Sendo o intelecto afeiçoado unicamente pelos fenômenos a fim de lidar com fenômenos, resulta absurdo tentar usá-lo para qualquer coisa que não sejam fenômenos... Observando nossos pensamentos, vemos quão impossível é libertar-nos da consciência duma Realidade jacente atrás das Aparências e, ao mesmo tempo, como dessa impossibilidade resulta nossa fé indestrutível nessa Realidade. Mas que Realidade, é essa, não podemos saber".

Rebelando-se contra a positividade que afirma a origem fictícia e radicalmente infundada de tôdas as concepções a respeito da causa primeira a que pretendem atribuir a existência do mundo e do homem e que, ao mesmo tempo, assinalava a nossa completa ignorância a respeito, por incontestante falta de qualquer dado positivo capaz de nos tirar dessa situação, mas nunca porque admitisse a natureza sobrenatural desse problema por êle classificado como insolúvel e inútil sustentava STUART MILL, que "o modo positivo de pensar não é necessariamente uma negação do sobrenatural, porque apenas devolve essa questão para a origem de tôdas as coisas. Se o universo teve um começo, seu começo, pelas condições mesmas do fato, foi sobrenatural: as leis da natureza não podem explicar sua própria origem". E', como se vê, porque desejava salvar a vida periclitante e ilusória da Inteligência Criadora e, portanto, do absoluto, que Mill lastimava não deixasse A. COMTE questões em aberto.

Os fundamentos do relativismo positivo se não coincidem com os de Kant ou de Spencer, também não podem ser identificados com os de Hamilton que afastava o *absoluto*, não porque não existisse, mas unicamente por não pode ser conhecido, nem tão pouco, pensado por nenhum homem, cujos atos de pensar são, ao mesmo tempo, inevitavelmente atos de relacionar ou condicionar. Na realidade tôdas essas formas filosóficas continuam a admitir o *absoluto* ou o *incondicionado*, embuçando-o apenas no incognoscível ou no inconcebível que sempre mantém abertas as portas

ao fideísmo e ao idealismo, ambos antipositivistas.

O relativismo característico da Filosofia Positiva, nega a existência absoluta ou incondicionada do que quer que seja e, ao mesmo tempo, subordina continuamente o homem ao mundo, o espírito à matéria, o subjetivo ao objetivo, a teoria à prática, o abstrato ao concreto, o dedutivo ao indutivo. Não deixa êle, portanto, nenhuma margem ao retôrno do subjetivismo tanto sob sua forma teológica quanto metafísica, que ao contrário, êle vai gradativamente reduzindo e restringindo, na medida dos dados objetivos que vão sendo acumulados e incorporados ao entendimento.

A ciência positiva é tão adversa ao idealismo platônico que considerava o mundo como mero e imperfeito reflexo das idéias universais inatas e supersensíveis, quanto também o é ao idealismo subjetivista de Berkeley para quem a afirmação da existência de realidades externas ao espírito constituía a maior aberração filosófica possível e para quem os objetos não podiam existir senão no espírito que os percebe ou, então, no espírito divino.

Quando se diz que a ciência positiva pesquisa o mundo em busca de suas leis, ao contrário da teologia e da metafísica que pretendem desvendar a pseudo-essência íntima e absoluta desse mesmo mundo não se tem a intenção de opor o fenômeno ao noumeno kantiano, nem tão pouco o cognoscível ao incognoscível de Spencer, isto é, não se pretende instituir o agnosticismo no sentido da divisão das realidades em dois campos inteiramente diversos: Um correspondente ao noumeno, incognoscível, onde domina o absoluto, o transcendente, a causa primeira e final, o insondável e o mistério, em uma palavra: o campo da teologia e da metafísica. Outro constituído pelos fenômenos que nos são perceptíveis, cognoscíveis e relativos, único realmente acessível ao entendimento humano.

Esse ponto de vista, desenvolvido principalmente entre os espíritos ontológicos, conduziria, em oposição ao Espírito Positivo, a se considerar como igualmente válidas teorias positivas e concepções teológicas e metafísicas, estas classificadas por A. Comte como fictícias ou puramente subjetivas, existentes única e exclusivamente no cérebro humano. À teologia caberia o insondável e misterioso incognoscível que ela interpreta antropomôrficamente mediante a idéia de Deus. Esse mesmo campo seria objeto da metafísica que se distingue da teologia apenas pela substituição de Deus por entidades igualmente absolutas e incompreensíveis. A ontologia pretende conhecer racionalmente aquilo que a teologia se contenta em sentir, crer e adorar, aceitando a revelação super-racial.

Sem dúvida que para o espírito positivo existem também dois campos de realidades: as realidades objetivas e as subjetivas. Mas, ao contrário dos idealistas, somente às primeiras êle atribui uma existência concreta, material, independente do próprio entendimento humano. As rea-

lidades subjetivas valem exclusivamente para o indivíduo ou para a sociedade, como ocorre com os fetiches, com os deuses do Olimpo e com os demais frutos da imaginação e da ficção, historicamente provenientes da necessidade de suprir, de qualquer modo, os conhecimentos positivos ainda embrionários. Essas criações subjetivas, aliás, muitas vezes, tiveram sobre os homens tanta influência e tão profundas conseqüências quanto as produzidas pelas realidades objetivas.

O mundo exterior assim como o conhecimento que dêle formamos são essencialmente relativos. Não há margem, no campo da positividade, para o absoluto. À proporção que as realidades objetivas vão sendo pesquisadas e conhecidas, mais nos convencemos de sua perfeita homogeneidade, isto é, da identidade estrutural existente entre a diminuta porção da ordem universal já suficientemente refletida em nosso entendimento e o imenso setor em que as investigações humanas ainda não puderam penetrar quer por excesso de complexidade, quer por se encontrar fisicamente fora do alcance de nossa observação e experimentação. De qualquer forma êste último setor, é, para o espírito positivo, uma simples extensão do primeiro, não existindo entre êles nenhuma fronteira intransponível que os distingue de modo profundo e radical. Em ambos encontra-se a matéria e suas manifestações ou atividades características. Nos dois não há o absoluto nem vontades arbitrárias. Todos os atributos da positividade descobertos num, certamente serão assinalados no outro, desde que o possamos pesquisar convenientemente. É, aliás, o que se tem historicamente verificado. Quantos fenômenos primitivamente atribuídos à vontade dos deuses, e quantos outros nem mesmo sonhados ou vislumbrados se encontram agora integrados, sem mistérios, no campo dos conhecimentos positivos?

As realidades ainda inexploradas e desconhecidas e que, possivelmente permanecerão em grande parte eternamente fora de nosso alcance, não podem, por isso, ser classificadas, à luz das ciências como incognoscíveis no sentido de transcendentes ou de radicalmente diversas das cognoscíveis. Semelhante ponto de vista resulta, na verdade, da intenção de preservar a existência do absoluto da causa primeira e final, do noumeno, da coisa em si e, por fim, das divindades que o espírito positivo classifica como fábulas ou como criações subjetivas de natureza idêntica às concepções poéticas.

As ciências, baseando-se na existência real do mundo físico e na possibilidade de sua reprodução cerebral sob a forma de imagens parcialmente exatas, consideram como hipóteses desnecessárias, gratuitas e anticientíficas, por serem inverificáveis, os conceitos análogos ao do noumeno, extra ou suprafenomenal diverso da coisa percebida. Essas sutilezas e inúmeras outras fantasias que se podem engendrar graças à nossa grande liberdade e fecundidade imaginativas, não podem ter sentido real, porque não se fundam nos fatos ma-

teriais que, mal ou bem, de modo completo ou não, se refletem em nosso intelecto para integrar os conhecimentos positivos.

O mundo real, objetivo, constitui, segundo a concepção positiva, "essa verdade fundamental da qual estamos nos aproximando de modo gradual sem que nunca a possamos atingir completamente". As incessantes experiências e os múltiplas comprovações obtidas mediante inumeráveis e frutuosas aplicações práticas, dão o valor e o grau de exatidão e de realidade contidas nas concepções elaboradas pela Humanidade, ao mesmo tempo que provocam a sua progressiva correção e aperfeiçoamento. Tudo o mais, inclusive a pseudo-essência íntima, arbitrariamente atribuída à matéria, em contraposição às suas atividades reais que percebemos direta ou indiretamente e cuja imagem vamos laboriosamente construindo, não passa de fruto incontável do subjetivismo metafísico que, por desuso e inutilidade, irá sendo pôsto à margem, independentemente de qualquer esforço para sua demolição.

Resulta, pois, de evidente confusão o agnosticismo atribuído à Filosofia Positiva. A coragem de reconhecer e assinalar a imperfeição e insignificância da parcela de nossos conhecimentos reais em face da imensidade quase inesgotável das existências objetivas ainda ignoradas, não pode ser atribuída a atitudes agnósticas, fideístas ou solipistas. Também não cai ela no ceticismo ou no

pessimismo que seria de se esperar de semelhante verificação filosófica, porque, fundando seu sistema no conceito de Humanidade e de seus interesses, mostrou o seu fundador que a nossa potencialidade cognoscitiva está, até certo ponto, proporcionada ao destino precípua que lhe cabe de orientar as atividades humanas sobre o mundo e sobre o próprio homem no sentido da adaptação cada vez maior de ambos às conveniências sociais.

Em resumo, devemos lembrar, com A. COMTE, que "todos os bons espíritos repetem, a partir de Bacon, que não existem conhecimentos reais senão aqueles que repousam sobre fatos observados" não passando de fantasias vãs e destituídas de sentido as indagações que transcendam essa base da realidade e da positividade.

"Toda proposição, escrevia o filósofo em 1825, que não é finalmente redutível à simples enunciação de um fato, particular ou geral, não poderia oferecer nenhum sentido real e inteligível". O relativismo é, pois, um atributo geral tanto do mundo como do homem; tanto da matéria como do conhecimento que deles formos conseguindo elaborar.

Estando, portanto, tudo relacionado no mundo e no homem, a única verdade que existe irrelacionada, independente e irrestrita, isto é, absoluta, é a que tudo é relativo, afirmativa que não é, assim, simples paradoxo do fundador da Filosofia Positiva.

*
* *

Os que se dedicam ao estudo complexo das relações com o público afirmam que hoje em dia um Governo para conquistar a simpatia popular carece de trazê-lo bem informado do seu programa de realizações em termos à altura da sua compreensão e, ao mesmo tempo, propiciar aos funcionários meios de fazê-los cientes da maneira pela qual o público reage aos serviços que o Governo executa. Esta ação recíproca realiza aquilo que os americanos chamam de "two-way street" porque envolve, de um lado, uma contínua compreensão por parte do órgão central de pessoal e de outro lado, um contínuo criticismo por parte do público. Através deste intercâmbio o Governo construirá uma sólida base para praticar a verdadeira democracia e evitar os perigos de uma burocracia absorvente. As relações com o público assumem importância extraordinária em regime democrático; a prova do bom êxito das medidas tomadas pelo Governo se encontra na aprovação dos cidadãos. Por este meio, o Governo sabe que os serviços que presta são satisfatórios. E para o exercício desta incumbência o órgão natural é o serviço central de pessoal; entretanto, as relações com o público não caberiam num órgão dessa natureza e cuja finalidade se limite apenas ao recrutamento mas se entrosarão perfeitamente no órgão de pessoal com atribuições de exercer as atividades gerais da administração. — Paulo Poppe de Figueiredo — Rev. Serv. Públ., fevereiro 1950.